

## A POPULAÇÃO BRASILEIRA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

GLYCON DE PAIVA

Pela oitava vez prepara-se o Brasil para contar seus habitantes e situá-los nos lugares de ocupação do espaço nacional. Ainda mais, para descobrir a sua taxa de aumento. Finalmente, para verificar o rumo e a densidade das correntes migratórias que no interior se organizam, significativas de vida insatisfatória no ponto de partida e esperança de dias melhores no de chegada.

Estará caminhando a avalanche populacional do Brasil para preencher o imenso vazio demográfico do interior sul-americano ou, ao contrário, orienta-se para a cidade litorânea, definitivamente desiludida do meio rural, tala-do pela derrubada secular?

Estaremos ecumênicamente ocupando o espaço político ou, ao contrário definitivamente abandonando o campo de batalha da guerra ecológica que nos últimos quatro séculos movemos contra a floresta para, como *displaced persons*, favelarmos-nos nas cidades da faixa marítima, inchadas já de gente pela implosão urbana?

Teremos respostas a essas questões cruciais no ano que vem. Por ora cabem as considerações que se seguem, condicionadoras do problema.

São essencialmente necessários fatores em número de quatro pa-

ra fazer-se economia: **posição** favorável em relação ao mercado mundial; **recursos humanos** de qualidade; **capital** de estabelecimento e de operação e, até, quadro de **recursos naturais**, se existir.

**Recursos humanos** de qualidade significam, essencialmente, pessoal de nível médio, gerentes e pessoal técnico. Por si só trazem o sucesso ou o fracasso da economia a estabelecer-se e da região a ocupar.

É mais importante que o quadro de recursos naturais, a posição em relação no mercado. Decide da ênfase da economia pretendida e do potencial competitivo da área: produção de bens ou produção de serviços.

Potências econômicas atuais acham-se estabelecidas sobre quadros extremamente modestos de recursos naturais, caso do Japão, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e de Israel, desfrutando todos de posição favorável em relação ao mercado. A modéstia deles em recursos naturais é largamente compensada pela alta qualidade dos **recursos humanos** de que dispõem e muito pela posição das áreas.

No passado histórico, principalmente nos tempos mercantilistas, decidiu do interesse do investi-

mento, a riqueza do quadro natural, sua acessibilidade, assim como a facilidade predatória para dêle locupletar. Hoje, velozmente caduca o papel dos recursos naturais, dada a miraculosa capacidade tecnológica de fabricar matérias-primas com as rochas constituintes da crosta terrestre e de substituir a oferta natural ou de aproveitar o fundo oceânico.

### Mercado

Economia alguma sobrevive sem mercado externo e interno. A acessibilidade ao mercado, repetimos, depende da posição da área econômica em relação a êle. Nos mercados de bens em posição muito afastada da região produtora sômente produtos de alto valor específico terão vez (ouro, diamante, cassiterita, tantalita, manganês). Todavia, o mercado de serviços pode sobreviver em grandes distâncias, em virtude da participação menor dos fretes no faturamento dêles. Procuram a região produtora de serviços os que querem ser servidos. Abundam exemplos: apesar da distância e em quantidade crescente, buscam anualmente serviços de turismo em Taiti, Nova Zelândia, Nepal e Tailândia, europeus e americanos.

Ocupa-se economicamente terra nova pela favorável constelação simultânea dos fatores de produção e não presença isolada de alguns dêles.

É evidente que a ocupação de uma área tricentenária como a da Amazônia jamais será explosiva, mas lerda, porque o remoto da área a faz menos competitiva

em relação àquelas outras nas proximidades de mercado, exigindo recursos humanos de alto nível e apreciável acumulação prévia de capitais.

Quando nos referimos hoje à ocupação da Amazônia queremos dizer a colonização dela pelo Brasil, isto é, no aproveitamento do quadro natural pelo capital, a tecnologia e recursos humanos qualificados. Mostra ao mundo, contra pagamento, um quadro geográfico de Primeiro Dia do Gênesis; aproveitar recursos de posição para efeito de comércio e transporte; de fontes de energia hidráulica de vulto; de concentração de riqueza mineral como Carajás ou Rondônia.

A motivação conduzirá fatalmente à ocupação por pontos e não por áreas. Ao estabelecimento de pólos de ocupação. De fato, e por tôda parte a ocupação das grandes áreas continentais é sempre puntiforme e não ecumênica, como geralmente se pensa. Não tendem a coalescer os pontos aproveitados. Ao contrário, possuem grande potencial centripeto.

Por exemplo, comanda um milhão de quilômetros quadrados de território o pólo de Manaus, com 250 mil habitantes. Age como magneto cujas linhas de força fatalmente conduzem os homens e as coisas para o pólo. Concentra-se no Pátio dos Milagres que é São Raimundo, em Manaus, tôda a miséria que se espalhava pela beirada dos rios.

De igual maneira funciona o pólo de desenvolvimento Paulo Afonso, drenando tudo o que anteriormente ocupava em área de 150 km de raio de modo a apinhar

as pessoas em cidade de 30 mil habitantes, Paulo Afonso extramuros. Também, Brasília urbaniza com extrema rapidez a população rural dispersa pelas zonas de ecologia agredida, mesmo que dela distante. A cidade não se urbaniza: incha. Os pólos de desenvolvimento esvaziam as áreas a que servem do pouco de gente que dispunham. É propriedade característica deles.

#### Ocupação

A estratégia de ocupação de uma grande área continental como a Sibéria, ou o Pamir no interior da China, também o Território do Noroeste, no Canadá ou a Amazônia, resume-se em aplicar sobre um recurso natural de mérito ou uma posição geográfica de destaque; isto é, uma fonte de energia, um depósito mineral ou um ecossistema de particular beleza, os restantes fatores de produção: capital de estabelecimento e de operação; e recursos humanos qualificados.

Não necessariamente, os recursos humanos nas áreas porventura preexistentes, totalmente despreparados como soem ser para a tarefa civilizadora. É o caso de Paulo Afonso, já citado; da serra do Navio, no Amapá.

Pode-se também criar um pólo de desenvolvimento sobre um mero recurso de posição. É o caso de Belém, no rio Pará, uma réplica amazônica de Cingapura; de Manaus na confluência do Negro pelo Solimões, mera placa giratória da região equatorial americana.

Pode-se até criar pólos convencionais sob o critério de ser o centro da gravidade da superfície

nacional, que presidiu a locação de Brasília e caso único no mundo, de estabelecimento de pólo sob consideração de estática.

**Quantos pólos de ocupação serão necessários para pleno aproveitamento econômico e político da Amazônia? Assim deve ser formulada a pergunta sobre a ocupação da Amazônia, uma vez que o espaço continental é sempre altamente polarizado.**

O problema da Amazônia é de recursos humanos de alta qualidade, de enormes contribuições de capital e de ampla participação do engenho privado para uma partilha dos poucos pólos necessários à utilização racional da área. Enganam-se os que imaginam racionalmente preencher vazios demográficos interiores pela multiplicação calculada dos brasileiros. Seriam esses lá desnecessários e incômodos. E permanecerão aqui no litoral como matéria-prima de implosão urbana, fonte de insegurança e de poluição.

São vazios até hoje, apesar de 4.500 anos de história econômica, 6 milhões de quilômetros quadrados da China; 8 milhões de quilômetros quadrados no Canadá. Noventa e cinco por cento da população russa vive a 1.200 anos no triângulo Leningrado-Odessa-Omsk com 5 milhões de quilômetros quadrados de um país que tem 22 milhões. Moscou é o seu centro de gravidade.

Não têm esses espaços vocação ecumênica; ao contrário, polarizam-se fortemente. A experiência secular acha-se à nossa disposição. Basta enxergá-la, vê-la e olhá-la.